



Recebido em 12/02/2021

Aceito em 21/05/2021

DOI: 10.26512/emtempos.v1i38.34606

ARTIGO

O aparato das coisas: arqueologia e os usos políticos do passado na Amazônia ao final do século XIX

The apparatus of things:
archaeology and the political uses of the
past in late 19th century Amazon

Queiton Carmo dos Santos.

Mestrando em Antropologia e Arqueologia na UFMG

orcid.org/0000-0002-8703-0688

tonqueiton@gmail.com

RESUMO: No fim da última década do século XIX, a “Guyana Brasileira”, atual Amapá, foi alvo seletivamente de buscas, coletas e explorações de materiais arqueológicos. No âmbito dessas buscas, principalmente urnas e vasilhas cerâmicas dos indígenas pré-coloniais da região foram transformadas em objetos do Museu de História Natural e Etnografia do Pará, dirigido pelo naturalista e zoólogo Emílio Goeldi. Este texto apresenta uma análise breve das peças, uma leitura das fontes sobre essas explorações que englobaram documentos abarcados por Goeldi e seus colaboradores, e dialoga com as historiografias envolvidas nesses estudos. Reflete-se sobre questões que podem evidenciar o caráter político das práticas científicas, culturais e históricas daquele momento. Assim, segue a argumentação de que há nessa última década oitocentista uma recorrência de elaborações sobre narrativas de circulações de material arqueológico, com fundamentação científicista, em uma estética material indígena que é elencada ao modelo de passado ocidental para a Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia. História. Arqueologia.

ABSTRACT: At the end of the last decade of the 19th century, in “Guyana Brasileira”, current Amapá State, occurred selective quests for archaeological material. Within the context of these searches, urns and ceramic vases of pre-colonial Indigenous peoples of the region were transformed into objects of the Museum of Natural History and Ethnography of Pará, then directed by naturalist Emílio Goeldi. I present a brief analysis of the objects and a reading of historical sources consisting of documents about these explorations used by Goeldi and his collaborators. I dialogue with historiographies involved in such studies and reflect on issues that can highlight the political dimension of scientific, cultural and historical practices of that moment. Finally, I offer the argument that, at that moment of the 19th century, there are recurrent narratives around the circulation of archaeological material based on scientific discourse and a western understanding of the Amazonian past.

KEYWORDS: Amazon. History. Archaeology.

Introdução

Como se cria uma noção de história no que diz respeito ao uso do passado de outras pessoas, culturas, grupos sociais e coisas? Cientistas e distintos círculos disciplinares que detêm o poder de elaborar uma narrativa de passado falam de que tipo de história? Este artigo é provocado por essas questões, e retoma ao século XIX para contar uma história carregada de muitos sentidos que têm relação com o poder, e como teria dito Walter Benjamin (1987), a arte de narrar o saber do passado, ou, como formula a autora Chimamanda Adichie (2019), o perigo de criar uma história única.

Sobre esse perigo, a mesma diz reside na capacidade de mostrar um povo como uma coisa só, e ele se tornará essa coisa, do mesmo modo que:

É impossível falar sobre história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que o outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas, quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer com que ela seja sua história definitiva (ADICHIE, 2019, p. 22-23)

Os sentidos da história única que contarei aqui tentaram reificar um discurso sobre um passado quase definitivo para diferentes culturas. Enquanto umas das formas ocidentais de estudar os tempos passados, a arqueologia, não muito diferente da disciplina da história, age traduzindo o passado em múltiplas camadas, respondendo dilemas provocados por inquietações do seu próprio tempo e cultura. Se hoje, a arqueologia é entendida como um modo de conhecimento que relaciona pessoas, potências materiais, lugares e temporalidades, no final do século XIX sua função era outra. Naquele momento, a arqueologia começava o seu legado de mostrar as coisas como prova temporal por meio de um discurso de ciência. Arqueologia e história estão intrinsecamente relacionadas: no compreender desse relacionamento, este texto emaranha-se nessa fronteira interpretativa.

As coisas, aqui, são entendidas como materialmente carregadas de significados, compreendem a vida de determinados grupos sociais das populações indígenas da Amazônia, em tempos pré-coloniais e contemporâneos. A cerâmica, por exemplo, é um dos maiores vestígios do tempo com o qual arqueólogos têm lidado nos últimos anos na Amazônia (BARRETO et. al., 2016). Ela e outros materiais brotam no chão, atravessam a superfície e são visualmente percebidas, nem sempre através de uma escavação metodológica, mas em muitos casos por meio de intensas chuvas que fazem o solo encharcar e trazer essas coisas à tona (BEZERRA, 2018). De outros modos, quando alguém resolve cavar um buraco, pendurar algum esteio no solo, ou no simples ato de perfurar o chão, pode-se encontrar potes, vasilhas e urnas funerárias, nesses casos de maneira não intencional. De muitas formas, os artefatos cerâmicos ocorrem em diferentes lugares por meio do seu aparecimento quase espontâneo na superfície. À vista disso, esse aparecimento, no encontrar dos diversos coletivos de especialistas e de não especialistas, recarrega uma historicidade de si e daqueles que o interpretarão.

Durante o século XIX, na interpretação dos materiais arqueológicos por esses especialistas surgiu uma noção de tempo nada convencional até então (CARMO DOS SANTOS, 2019). As coisas antigas às quais essa categoria de tempo se referia foram evidenciadas, por exemplo, nas buscas arqueológicas na Amazônia. Este tempo, promovido por cientistas “caçadores-coletores” de exuberantes materiais servia para afirmarem uma determinada hierarquia com outras culturas, em especial as culturas indígenas. Dentre esses homens, esteve o suíço, naturalista e zoólogo Emílio Goeldi (1859-1917), que entre 1894 e 1907 foi diretor do antigo Museu Paraense de História Natural e Etnografia do Pará, posteriormente chamado de Museu Paraense Emílio Goeldi. Naquele momento, a “Guyana Brasileira”, atualmente estado do Amapá, foi alvo seletivamente de coletas e explorações de materiais arqueológicos. No âmbito dessas coletas, principalmente, urnas e vasilhas cerâmicas dos povos indígenas pré-coloniais das regiões norte e sul do lugar foram transformadas, pelo naturalista, em objetos do Museu Paraense.

É necessário apresentar que esses materiais possuíam um uso político, consequência dos múltiplos interesses sobre a região de onde foram retirados. Tais coisas são analisadas por meio de uma leitura das fontes, englobadas em documentos escritos por Goeldi e seus colaboradores. Do mesmo modo, o artigo faz uso de debates historiográficos que se envolveram com estudos referentes ao trabalho de Goeldi. Pretendo refletir sobre questões que podem evidenciar o caráter político na construção das práticas científicas e culturais históricas daquele momento. Se nota ainda, que nas três últimas décadas oitocentistas, há uma recorrência de elaborações sobre discursos e materiais de circulações arqueológicas. Nesse ínterim, argumento principalmente que é nos últimos anos do oitocentos que essas narrativas ocorrem com fundamentação em uma estética material indígena e conflitual ao modelo de passado ocidental postulado para a Amazônia.

Vale lembrar, hoje em dia, que a história indígena, por meio da arqueologia na Amazônia, tem mostrado uma vasta abrangência em responder questões demográficas e uma longa duração das formas de sociedades na região (NEVES, 2006; MACHADO, 2009, 2014). Além disso, a arqueologia tem estabelecido diálogos com a etnografia e se fundamentado em teorias oriundas de diversas ontologias, o que permite a emergência de compreensões alternativas do arqueológico no contemporâneo (SILVA, 2011, 2015; MORAES, 2012; CABRAL 2014, 2016; BEZERRA, 2017). É crucial levantarmos críticas sobre as consequências de uma história disciplinar arqueológica. Em especial, aquela que pensa as circulações das “coisas arqueológicas”, abarcadas pelas formações das primeiras coleções nos museus brasileiros, as quais provocaram inúmeras questões políticas e sociais nos momentos que ocorreram.

É importante situar e questionar uma certa continuidade disciplinar, oposta e provocada por uma interação entre um automatismo do passado, e prática arqueológica no presente. Quando se fala de disciplinas que legitimaram violentos modos de serem praticadas no passado, parece que há sempre a desculpa: “isso já não pertence ao nosso presente”. É contra esse automatismo descontínuo que esse texto se posiciona. Busco, então, discutir como um modo científico de falar de um passado indígena, por meio de

materiais, foi e é uma maneira de produzir uma ação política. Também tento evidenciar possibilidades de elaborar estudos que possam ir além do entendimento disciplinar sobre a relação entre humanos e coisas.

Seguir uma *indisciplina* arqueológica, pensar (con)textos

Em 1882, ocorreu a exposição antropológica na cidade do Rio de Janeiro já com peças advindas das regiões da foz do Rio Amazonas e Ilha do Marajó. Naquele momento o Museu Nacional aos auspícios de uma política imperial e com direção do alagoano Ladislau Netto (1838-1894) transcorria uma narração para essas peças arqueológicas que eram publicadas na revista *Archivos do Museu Nacional*. (LINHARES, 2015; KERN 2011). O arqueólogo e historiador Lúcio Ferreira (2010) qualificou essa prática arqueológica efetuada nos tempos do Império de nobiliárquica, no intuito de ressaltar o peso do contexto político que a sustentava nas decisões tomadas pelos especialistas responsáveis por ela.

As peças arqueológicas daquele momento estavam registradas nos Boletins, Revistas e Memórias produzidas pelos naturalistas que se envolveram com as coisas antigas da Amazônia, como no exemplar da revista do Museu Nacional, onde constavam escritos sobre as coleções do “vale do Amazonas”. O texto, escrito pelo canadense Charles Frederick Hartt e publicado nesta revista em 1887, entretanto foi primeiramente divulgado para fora do Brasil em 1871, sob o título “The ancient pottery of Marajó, Brasil” na “The American Naturalist”, uma então nova revista vinculada à Universidade de Chicago (LINHARES, 2015). No ano de 1893, também na cidade de Chicago, haveria uma exposição de coleções arqueológicas que advinham da Amazônia.

Provavelmente eram as mesmas peças, que saíram do Museu Paraense administrado por Domingos Soares Ferreira Penna (1800-67) havendo “emprestado” para a exposição antropológica no Rio de Janeiro de 1882. As coleções de peças Maracás e Marajoaras, registradas por Ferreira Pena foram as primeiras que circularam no território brasileiro, reportadas para o Museu Nacional do Rio de Janeiro e não retornaram ao Museu Paraense, gerando um desconforto entre aquelas instituições naquele período (GOELDI, 1894).

Nessa atmosfera de relações, discussões temporais como “a origem do homem americano” ganhariam outros interesses. Esse debate, décadas antes, foi precedido pelo dinamarquês Peter Lund (1801-1880), em Minas Gerais estudando na região de Lagoa Santa, demonstrando as indagações que seriam afuniladas pelos naturalistas no final do século XIX e início do XX. Espalhados pelo Brasil também estiveram o botânico Barbosa Rodrigues (1842-1909) em Manaus, e Hermann von Ihering (1850-1930) em São Paulo. Como discutiu Lúcio Ferreira (2010), tais cientistas se relacionavam com uma arqueologia que ora girava em torno de explicações nacionalistas e colonialistas, ora articulava a mundialização da ciência no período.

Essa constituição das coleções arqueológicas merece uma atenção especial, visto que elas incorporaram uma lógica de ciência que as reintroduziam em um espaço

totalmente novo. Aos olhos dos espectadores de um museu nos fins do oitocentos, elas passariam a formular teorias e narrativas sobre a identidade nacional brasileira e americana (LINHARES, 2015).

No que diz respeito ao sentido disciplinar nas vizinhanças nacionais, por exemplo, os argentinos também tinham bastante interesse na arqueologia, assim como em todo o circuito Andino e a Mesoamérica, em que a monumentalidade guiava o olhar para as “grandes civilizações”. Segundo o arqueólogo Alejandro Haber, ao descrever esse sentido disciplinar desde o início do século XX, há uma delimitação de objeto como metodologia básica que se desenvolve como prática discursiva acerca das histórias e culturas dos outros (HABER, 2014). Haber (2014) analisa um texto de Carlos Bruch, entomólogo nascido em Munique, que passou o restante da vida na Argentina, o qual escreveu em 1904 na *Revista del Museo de la Plata* sobre sepultamentos e escavações arqueológicas ocorridas na região de Catamarca, Hualfin:

La última frase de Bruch lo revela atrapado por la negación hegemónica de la historia: “Esta de más decir que queda aún mucho por averiguarse en aquellas regiones, las que ocultan todavía tantas riquezas de nuestra prehistoria” (...)

Bruch enuncia a la prehistoria en primera persona del plural, incluyéndose em un nosotros que se relaciona, entonces, con el pasado de Hualfin, de maneras que, recortadas o no por el conocimiento, alcanzan a definir un nosotros colectivo, un sujeto de una prehistoria, *dejando ver así el carácter metafísico de la cisura, es decir, la diferencia colonial subjetiva transpuesta al mundo objetivo*; pues no se trata de un colectivo de conocedores – el conjunto de arqueólogos – sino de un colectivo social – los argentinos – que se consideran sujetos de una historia que describen como objeto. Al igual que Heródoto con sus premisas metodológicas, Bruch, y la arqueología tras él, dispone de las suyas de tal manera que, bajo la pretensión de conocer un pasado, constituye su propia identidad, su propio domicilio escritural: la arqueología devela la riqueza histórica de la nación liberal argentina que es, al mismo tiempo, continuadora de la gesta europea y la civilización de occidente.” (HABER, 2014, p. 54, grifo meu)

Não tão distintos desses contextos, não somente fora da Amazônia como das fronteiras nacionais, essa arqueologia que se estabilizava e carregava um discurso metodológico da história heródota (HABER, 2014) possuía uma metafísica que separa e estabelecia uma diferença colonial, a fim de alcançar determinada “objetividade”. Dessa maneira, os coletivos de especialistas que descreveriam um objeto, não estão por descrever somente e por si só esse mesmo objeto, mas objetificando também um tipo de história.

Essa tentativa de objetificação foi um dos processos acontecidos, no atual estado Amapá, que começou a ser praticada por Goeldi sobre as primeiras coisas antigas das regiões de Cunani e Maracá que tinham sido exploradas. Naquele momento, juntamente com as peças da Ilha do Marajó, a circulação desses materiais veio a compor um dos maiores acervos arqueológicos amazônicos conhecidos pela intelectualidade nacional e internacional no início do século XX (LINHARES, 2015; MELO, 2017). Esses materiais incorporaram lógicas, práticas e modos de organização que eram próprios muitas vezes das classificações usadas para taxionomia biológica, geológica e ainda das formulações em história natural.

Assim, houve uma certa necessidade de buscas e divulgações sobre a beleza dos artefatos dessas regiões da Amazônia. Além disso, expedições de busca de materiais arqueológicos iniciadas em duas regiões distintas da antiga “Guyana Brasileira”, encontraram-se relacionadas a uma situação de confrontos devida a esta área ser objeto de disputa entre o Brasil e a França. Um olhar mais detalhado sobre duas viagens acontecidas nos anos de 1895 e 1896 revelou os interesses subjetivos em falar sobre as coisas dos antigos povos indígenas da região, sobre a hierarquia estética desse material, como também acerca de uma conflituosa relação política na região.

O verão amazônico de 1895 - usos políticos do passado

Em 15 de maio de 1895 a região entre os rios Araguari e Oiapoque foi palco de um conflito armado causando a morte de muitos dos seus habitantes. Desde 1841, este território fronteiriço constituía uma área de litígio entre o Brasil e a França. Esse conflito foi provocado por franceses que dentre razões políticas, econômicas e sociais queriam a posse daquele espaço (CARDOSO, 2008). Essa porção do “Guyana Brasileira”, vista então como “neutra”, não poderia adquirir governança nem de representantes franceses, nem de brasileiros, até que a regulamentação definitiva da área fosse estabelecida.

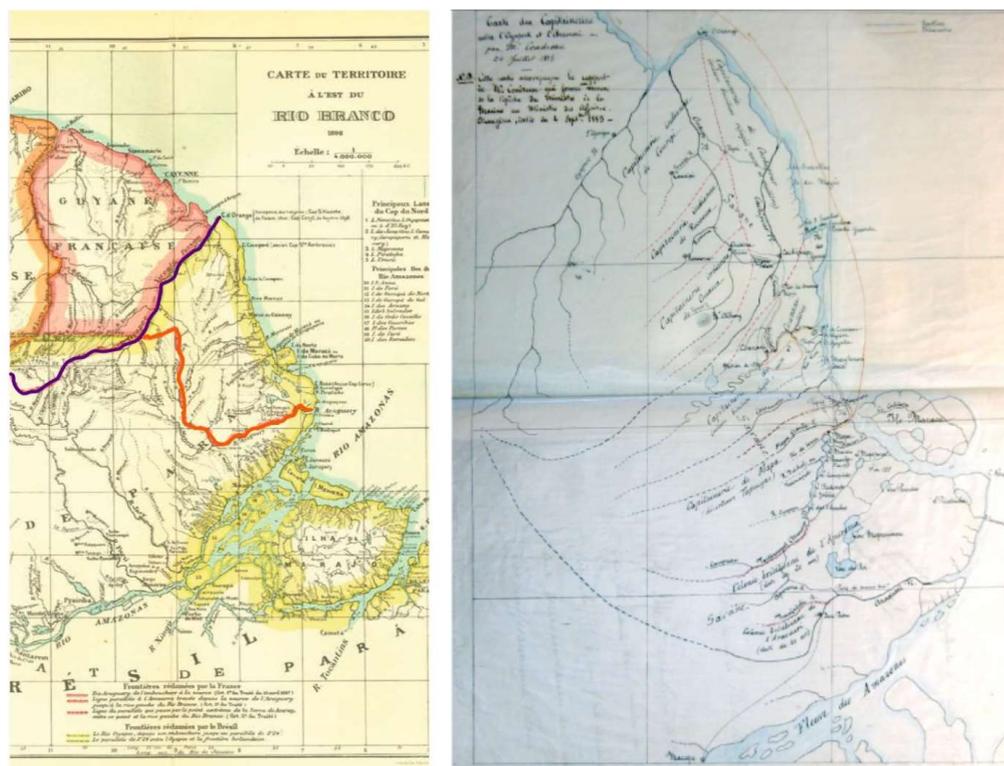


Figura 1 - Primeira imagem à esquerda representando a região contestada, traço roxo marcando o Rio Oiapoque e o laranja o Rio Araguari. Ao lado, na direita, carta elaborada pelo explorador Henri Coudreau em 1883 usada sobre o assunto, em 4 de julho de 1895, anexada em uma correspondência do ministro das relações exteriores da França,

Hanotaux, ao seu representante no Rio de Janeiro. Fonte: Documentação referente as publicações “Barão do Rio-Branco Cadernos de Notas. A questão entre o Brasil e a França (maio de 1895 a abril de 1901)” volume I “O Convite” (SANTOS, 2017, p. 1 e 133) e volume VI “Anexos” (SANTOS, 2017b). Modificações dos originais e agrupamento das cartas feitas pela autoria da pesquisa.

Após esse conflito ocorrido em 1895, conhecido muitas vezes como “o incidente”, a Villa de Mapá (ou Amapá), a “República do Cunani”, montes e florestas ao entorno da área, foram alvo de olhares mais diversos pelas políticas da recente república do Brasil. Durante os meses de julho a dezembro do mesmo ano, esse conflito motivou uma dezena de telégrafos que cruzaram o Atlântico rumo as definições nacionalistas vigentes naquele momento. Passados os tempos de chuva no extremo norte do Brasil, o verão chegava com as distintas comissões de fronteira francesa e brasileira para definir a tomada definitiva do território, estabelecido por uma comissão suíça em 1900.

As pesquisas constatavam que os intensos fluxos de pessoas nessa região serviam para múltiplas relações. Ali, as pessoas se reuniam para escolher o seu próprio representante político e desde 1894, por exemplo, as figuras de Trajano Bentes, Veiga Cabral e Evaristo Raimundo, formaram um triunvirato local que deveria agir politicamente. Entretanto, segundo algumas descrições as desavenças nessa ordenação da política elevaram as tensões na região (SANTOS, 2017a; PAZ, 2017).

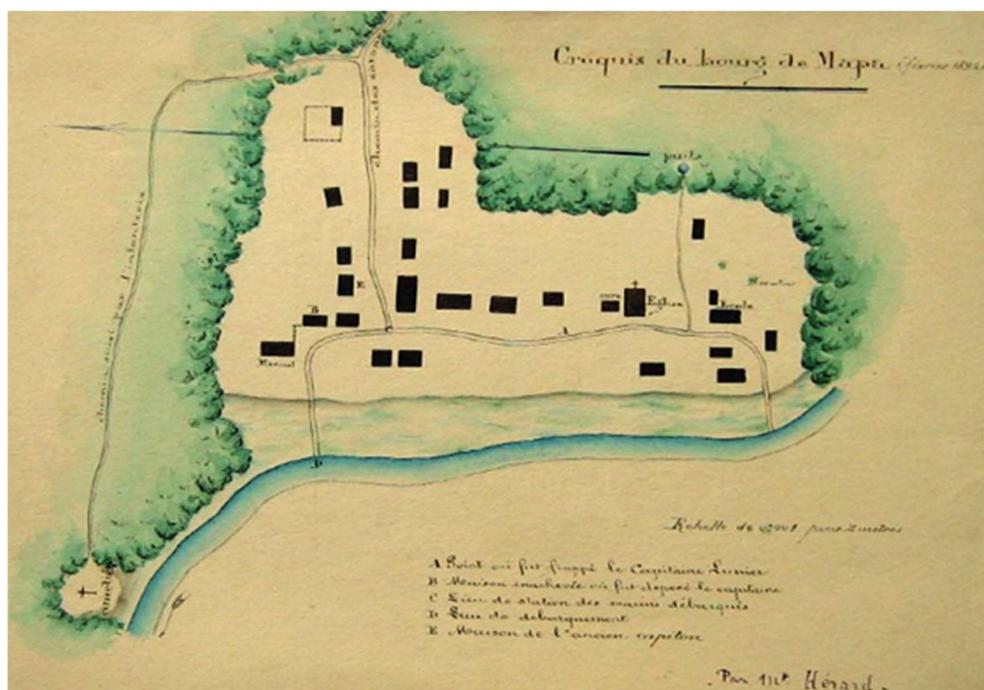


Figura 2 Croqui da vila de Mapa, ou Amapá, desenhado antes do conflito provocado por franceses que chegaram na região por meio de uma embarcação conhecida como Bengali. Fonte: Documentação referente as publicações “Barão do Rio-Branco Cadernos de Notas. A questão entre o Brasil e a França (maio de 1895 a abril de 1901)” volume I “O Convite” (SANTOS, 2017, p. 83).

O conflito armado ocorrido foi um dos importantes provocadores dessas tensões, acarretando o aumento dos fluxos de pessoas que não eram de lá, e no acompanhamento da vigilância do espaço pelo governo brasileiro e, conseqüentemente, paraense. Como exemplo, em setembro daquele mesmo ano, com nova rota, o vapor Ajudante,

pertencente a Companhia dos Amazonas, saía da baía do Guajará na cidade de Belém do Pará rumo à foz do Rio Amazonas. Cruzando as povoações de Macapá, Chaves e Bailique até chegar na área contestada da vila de Amapá.

Esse mesmo vapor em 7 de outubro e 14 de novembro serviu para as viagens de Emílio Goeldi e a equipe do Museu Paraense. Eles percorreram e relataram; a partir de suas qualificações científicas, descrições necessárias para o governo brasileiro, principalmente representado pela diplomacia do Barão de Rio-Branco. Com intuito de darem respostas àquele conflito e ao dilema da indefinição da fronteira no extremo norte. Tais informações constam em um extrato do *Jornal do Comércio*, datado de 29 de setembro de 1895 sobre a nova rota feita pelo vapor, anexado junto aos telégrafos oficiais trocados naquele momento (SANTOS, 2017a).

A partir de então, as áreas elaboradas de investigação por Goeldi, a “Guyana Brasileira” tornava-se o principal interesse para formular relatórios e publicações do Boletim homônimo ao Museu. Tal boletim, foi criado com o intuito não apenas de espalhar aquilo que Emílio Goeldi estava pesquisando, mas no caso específico do Amapá, de ajudar mesmo que ‘indiretamente’ na questão geopolítica do contestado franco-brasileiro que se arrastava por mais de dois séculos naquela área.

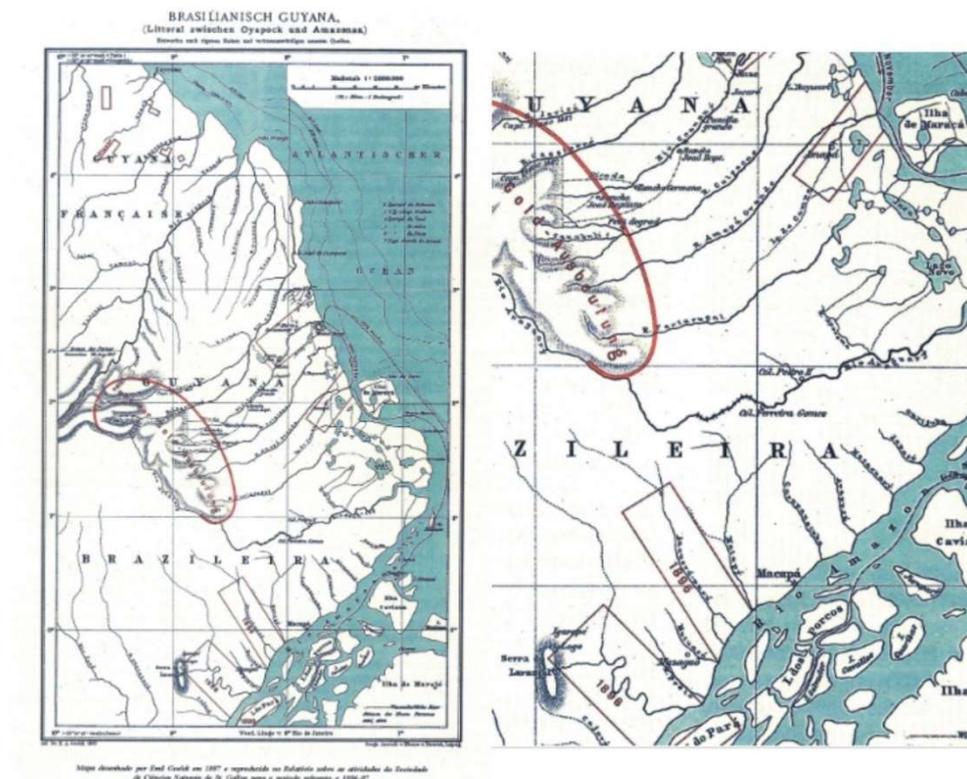


Figura 3 - Mapa elaborado por Emílio Goeldi 1896-97 escrito em alemão a respeito da Guyana Brasileira em que ele demarca as regiões do ouro a esquerda e quadrados vermelhos ao norte representando a atual região de Calçoene e ao Sul a região de Maracá ambas visitadas entre 1895 e 1896 para fins de ciência e política. Fonte: Documentação referente as publicações “Barão do Rio-Branco Cadernos de Notas. A questão entre o Brasil e a França (maio de 1895 a abril de 1901)” volume VI “Anexos” (SANTOS, 2017b). Agrupamento dos mapas feito pela autoria da pesquisa.

Após a estadia de Goeldi no Cunani, a mando do governo do estado do Pará, sua função seria averiguar e descrever a respeito do ocorrido em maio de 1895, além dos demais assuntos que ele considerasse de interesse científico. As descrições do naturalista sobre a região naquele ano contribuíram, em menor escala, para seu envolvimento com as questões políticas, e em maior, em uma série de publicações nacionais e internacionais sobre a região. Cartas entre Emílio Goeldi e o Barão do Rio-Branco, que estava na França entre 1898 e 1899, demonstram diretamente uma expectativa a respeito do trabalho de Goeldi sobre a “questão do contestado”.

O naturalista, no final e início daqueles anos, estava em Berna, capital da Suíça, para tentar averiguar junto a comissão responsável pelo laudo arbitral, definido um ano depois. Tais escritos enfatizam a proximidade do envolvimento com que o cientista esteve entrelaçado sobre a questão, mesmo quando Rio-Branco chega até a menosprezar sua ajuda sobre o que ele deveria ter feito na região do Amapá, ao dizer:

Recebi também do Goeldi vários impressos, entre os quais um trabalho seu sobre a cerâmica dos antigos índios do Contestado. Nesse trabalho mete-se a dar a etimologia dos nomes geográficos atribuídos a todos de origem tupi, quando é certo que no XVI século não havia tupis nessa região e somente Arnacas (Arawaks) e Caribes. Este homem está a embrulhar a questão metendo-se a escrever sobre ela sem estudo sério. (RIO-BRANCO apud SANTOS, 2017b, p. 2915)

Especificamente, a partir do relato de Rio-Branco, fica nítido o envolvimento de Emílio Goeldi nesses debates na tentativa de ajudar o Brasil nesse processo litigioso. Constatou-se que seu envolvimento parece ser menos determinista e mais carregado de diferentes interesses, tanto de ciência, quanto de política. No que se refere à relação sobre a ciência daquele momento, as análises variam entre uma definição de Goeldi como um homem positivista e evolucionista (SCHWARCZ, 1993), ou mesmo, que agia conforme os desígnios institucionais que definiam o seu trabalho (SANJAD, 2005; FERREIRA 2010, 2009).

Para todos esses debates, independente da vertente de defesa científica que poderia existir no momento de discussão elaborada pelo naturalista, podemos perceber o uso do passado também como uma questão política. Os mapas demonstrados compõem boa parte da documentação a respeito do conflito e foram produzidos a partir do discurso nacionalista do final do século XIX, tanto do lado brasileiro, quanto francês. O silêncio em torno dos possíveis relatos dos próprios moradores nessa documentação foi percebido como frutos desse discurso. Tal silenciamento atua também sobre as violências ocorridas na região naquele momento, provocadas pela autonomia da chamada “República do Cunani” e as conseqüentes desconexões com o governo provincial do Pará. Se ensaiaram distintas formas de lidar com um republicanismo para o governo brasileiro, naquele momento, ainda desconhecido.

A exemplo dos distintos interesses envolvidos nessa região, estava Henri Coudreau (1859-1899), um francês, explorador que havia escrito sobre suas viagens na Amazônia, com um título de livro nomeado de “França Equinocial”. Ele atuou como um dos interlocutores do que ali tinha acontecido. Principalmente, porque havia sido

testemunha do que ele mesmo chamou de massacre do contestado, junto de sua esposa, que tinham a posse de uma mina de ouro naquela área. Na cidade de Belém, em junho de 1895, sobre os conflitos acontecidos no Amapá, Coudreau sede uma entrevista ao *Jornal do Comércio* descrevendo o acontecido. Ao ser perguntado sobre qual era seu posicionamento, Coudreau afirma com sátira:

Mas o ‘contestado’! Em que tornar-se-á ele?

Coudreau – [Silêncio...]

Sois assim tão impenetrável?

Coudreau – Tenho uma ideia (rindo-se) e é que o nosso estimável destronado do Daomé, o pobre Rei Behanzin, vai ser nomeado Governador de Caiena. Está isto no espírito da nossa política colonial... Quanto a mim, sempre vos digo que vou pedir concessões de terras e privilégio de arrendamentos no Tum-Humac, Amapá e Counani, e sobre as margens do vosso rio-mar, a vós, meus amigos amazônicos (*Jornal do comércio* 3 de junho de 1895 apud Santos, 2017a, p. 102)

Ele estava se referindo ao Rei do antigo reino de Daomé, atualmente Benin na África ocidental, que a constar no final daquele século XIX, era alvo de processos de outras colonizações provocados por países europeus. O Rei se encontrava na Ilha de Martinica, em exílio, ilha de colonização francesa no Caribe. Assim como a Guiana, tais lugares ainda são frutos de um colonialismo francês que ao passar do tempo mudou os seus protocolos, mas continua a existir com força e violência. O que demonstra essa fala de Coudreau é a existência de uma política colonial específica de dominação ainda persistente.

Nesse sentido, ao olharmos a dimensão histórica das cartografias, os relatos desses exploradores, os jornais de ampla circulação do período, as tomadas de decisão política, esses relatos atuavam como provas geográficas da anatomia do social de a “quem” pertencia aquele território. Como também produziam modos de “emudecer” as pessoas locais. Diante desse interposto transnacional no Amapá contemporâneo, questões de legitimação perante o próprio lugar são percebidas. A seguir, para aprofundar o debate sobre o estatuto das próprias coisas arqueológicas e as funções políticas dentro de uma narrativa sobre um “outro” passado, utiliza-se uma leitura das buscas de Goeldi na região e dos usos de seus relatórios e escritos sobre o Amapá.

O aparato das coisas: as expedições na “Guyana Brasileira”

Como anteriormente discutido, no ano de 1895, uma das primeiras expedições com o intuito de formar coleções arqueológicas com foco na exuberância estética material indígena foi vislumbrada pelo naturalista e zoólogo Emílio Goeldi. Durante a expedição, realizada naquele verão equatorial, ele interrogou os moradores da vila de Cunani sobre as origens dos antigos povos indígenas que habitavam aquela região. Através do registro de tais informações, em um documento que objetivou deixar transcritas suas ações, conhecido como “Memórias do Museu Goeldi”, esse ato compõe a função de expressar as feitorias do então Museu de História Natural e Etnografia e seus empreendimentos para a realização da ciência na Amazônia oitocentista.

Nessa primeira expedição, o naturalista foi se mostrando entusiasmado com o tipo de material arqueológico que vinha encontrando e assinalou que era “*importante colheita em produtos cerâmicos de Índios hoje extintos, por nós descobertos n’um necrotério indígena (...)*” (GOELDI, 1900i, p. 8, grifo dele). No mesmo sentido, afirmava que essas coleções eram “extremamente valiosas”, reforçando o valor estético das peças coletadas. Assim, os materiais coletados por Goeldi, ao lado das coleções advindas das regiões no sul do Amapá configuraram, segundo ele, um dos mais preservados conjuntos cerâmicos da Amazônia (GOELDI, 1898).

Esses produtos cerâmicos foram buscados em lugares que ele não possuía conhecimento. O zoólogo tentou encontrar lugares na região que ele mesmo acentuou como sendo “localidades dignas de escavações arqueológicas” (GOELDI, 1900i, p. 8). Dentre outras passagens de sua memória, tornou-se perceptível a sua preocupação tanto em achar grandes quantidades de artefatos, quanto prescrever estéticas “diferenciadas” contidas em materiais cerâmicos.

Seu primeiro desafio era encontrar os lugares que possuíssem tais artefatos. Porém, ele não fez isso sozinho, mas contou com o auxílio das pessoas que ali habitavam. Além de não terem sido visitados ou pouco estudados por outros cientistas, o caráter da experiência inédita se tornava necessário para o naturalista. E foi ao percorrer o extremo norte do Brasil na costa atlântica no Amapá em um afluente do Rio Cunani, conhecido como Igarapé do Holanda, no Monte Curú, que Goeldi e sua equipe encontram grandes pedaços de granitos que funcionavam como tampas cobrindo duas grandes cavernas artificiais subterrâneas (para o detalhe original dessas peças, ver SANJAD & SILVA, 2009).

As peças cerâmicas possuíam formatos singulares, e ao averiguarem o que tinha dentro dessas, a surpresa foi imediata ao presenciarem o que era desejado. Pois, foi nessas caçadas por materiais que “se verificou serem estas cavernas repositórios intactos de *rica, variada e otimamente conservada cerâmica funerária indígena*” (GOELDI, 1900i p, 12, grifo meu). Assim, o naturalista nos narra que foi com muita satisfação que se “explorou os tesouros desta mina arqueológica e cada vaso novo, posto à superfície, provocou ruidosa manifestação de alegria” (Ibid., p. 12)

Essa alegria era expressa nas ordenações que o fizeram relacionar-se com aquelas coisas materiais descritas por ele, visto que o objetivo em encontrar tais materiais “diferenciados” está ligado com a forma da própria arqueologia ordenar sua percepção para a diferença cultural. Principalmente, trata-se de relacionar o que era considerado em nível de artefato: do mais exuberante, ao menos exuberante. O estado bruto aqui, são os desenhos, as formas e as pinturas que essa exuberância poderia ser notada nas peças. Assim, essa forma foi específica de uma lógica de classificação, não somente da disciplina arqueológica, mas dos desdobramentos teóricos sociais do século XIX.

Desse modo, se tornava implícito descrever a questão da mudança por meio da materialidade e os artefatos advindos das sociedades entendidas como “primitivas”, quando achados eram postos em museus de história natural. Diferentemente dos materiais de origem europeia que enchem salas de museus de belas artes ou “históricos”

(Trigger, 2004). Igualmente, essas classificações extrapolavam a mera lógica da ação aleatória e reforçavam por conta de escolhas precisas o tipo de estética que deveria possuir uma coleção de ciência moderna. Nesse sentido, a capacidade de atribuir outros aspectos aos materiais arqueológicos advindos da “Guyana Brasileira”, não se deu de modo repentino, ela constitui uma escrita específica sobre o exame dos vestígios arqueológicos.

Ao fazer brilhar os olhos do cientista natural como de um mineiro que encontra ouro, Goeldi explorou sua mina ao descrever os materiais. Entretanto, “a mina” na verdade são poços, poços feitos para guardar cerâmicas. Tal exploração fomentou e chamou a atenção do naturalista que naquele momento achou os materiais dos antigos povos indígenas do Cunani. Esses poços relacionam-se não mais no tempo profundo desconhecido do passado das populações ameríndias que os fizeram. A descrição dos poços é feita por meio da percepção de Goeldi de que eles foram cavados, pois a prova disso seria a terra dali removida e, a partir disso, o autor defendeu que eram mesmo cavernas artificiais. As cerâmicas maiores dentro desses dois poços eram espalhadas nas áreas centrais e as menores ocupavam os demais espaços. Assim, foram coletadas segundo o naturalista 18 igaçabas (cerâmicas), além de ossos que eram contidos nas partes internas desses vasilhames, e um machado de pedra verde.

Sobre as cerâmicas o naturalista as descreveu em dimensões e tamanhos distintos, ao apresentar parcialmente suas formas como análogas de um chapéu, esferas e cilindros. Assim, no que tange os aspectos humanos que essas peças desenham em si mesmas, Goeldi escreveu que a maioria delas tinha em seu bojo, parte da parede da vasilha, localizada entre a boca e sua base um “(...) pescoço largo ornamentado com um desproporcionado rosto de índio. Do bojo partiam braços e pernas quase em miniatura.” (Ibid., p. 12-13). Esses aspectos observados servem para enunciar a maneira específica que aqueles e aquelas ceramistas acionavam imagens antropomórficas em cerâmicas. Ver imagem abaixo:

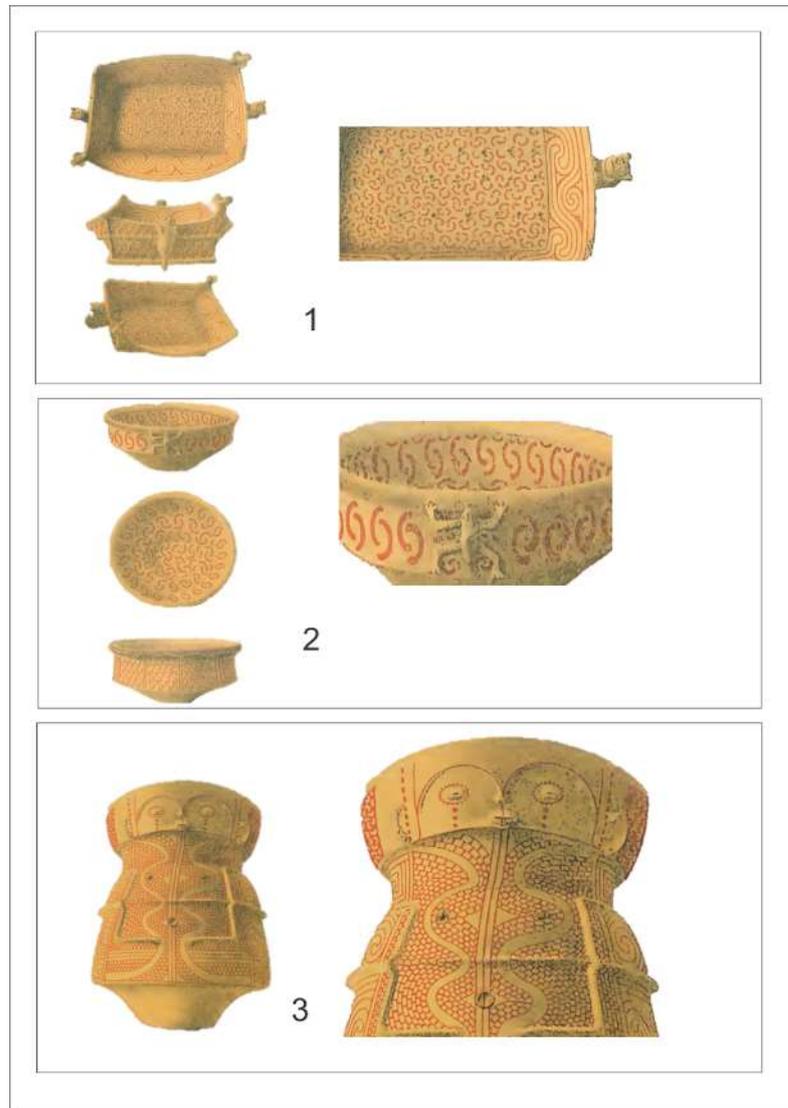


Figura 4-Imagem adaptada das pranchas de Emilio Goeldi, publicadas na primeira memória do MPHNE, 1900. Na imagem 1, há vários ângulos de uma mesma peça observa-se os detalhes registrados por Goeldi no adorno de animal e estilo da pintura compreendida por virgulares. Na segunda imagem notasse a presença das pererecas “gias” observadas por ele. Na imagem de número 3 ressalta-se o caráter das características humanas, presente em uma urna funerária. Adaptação feita por: Autoria da pesquisa.

Na tentativa de entender essa relação entre humanos e coisas, o arqueólogo Ian Hodder (2014) assinalou que a compreensão entre ambas noções é relacional e advertiu uma assimetria entre elas. Pois, as relações humanas no tempo são feitas de coisas, as coisas são feitas de humanos e humanos são feitos de outros humanos. Dessa maneira, com essa definição, o arqueólogo pretendeu evidenciar uma dialética de emaranhamentos, o que possibilita um diálogo menos assimétrico entre humanidade e as coisas. Nesse sentido, o autor argumenta que existe uma certa prisão e uma dependência humana perante às coisas, ao produzir e delimitar a ação humana. O que nos aponta para uma delimitação entre os movimentos de compreensão em que as coisas não atuam como meros elementos alegóricos da vida social, como a produzem.

Nesses aspectos de movimento das coisas, segundo o antropólogo Tim Ingold (2012) a *coisa* é como um “parlamento de fios” “(...) as coisas *vazam*, sempre transbordando das superfícies que se formam temporariamente em torno delas.” (INGOLD, 2012, p. 29). Sua argumentação se coloca como um dos pontos-chaves para enfrentar e reconhecer as subjetividades das *relações emaranhadas entre as coisas e os humanos*, como salientou Hodder (2014). Aqui, as coisas antigas dos povos indígenas são criticamente percebidas por inúmeros discursos oficiais atribuídas a elas e através dos olhares ocidentais.

Pensar um lugar para as coisas arqueológicas da antiga “Guyana Brasileira”, as quais foram utilizadas por Emilio Goeldi, que serviram de base para suas ideias e estiveram ligadas diretamente seus envolvimento políticos. Suas publicações estavam movimentando questões de historicidades fundamentalmente materializadas e escritas pelo ele, e que ainda não tinham sido traçadas para a Amazônia. Parafraseando Reinhart Koseleck (2006), foi preciso forjar um campo de experiência e um horizonte de expectativas para as coisas dos antigos indígenas, tal como o seu passado. Goeldi experimentava para as “outras culturas”, as dos povos indígenas, o seu olhar e a sua orientação sobre o que foi aquele passado, na tentativa de desvendar os vestígios arqueológicos amazônicos.

Goeldi dedicou-se a descrever separadamente cada peça que coletou da expedição ao Monte Curú no Cunani. E não somente as descreveu, como para algumas que carregavam figuras de animais, conhecidas como materiais cerâmicos zoomorfos, tentou explicar seus desenhos correlacionando com “lendas” ou “mitos” que ouviu, como é o caso de um vaso, que após apresentar suas descrições físicas e ressaltar suas raridades, disse:

No meio dos lados laterais vê uma asa, representando um animal, à primeira vista reconhecível como acutipuru (Sciurus), pequeno roedor tantas vezes decantado nas lendas e cantigas dos índios amazônicos e ainda hoje figura mística, símbolo da sonolência. Seria demasiada audácia, supor aqui uma delicada alusão ao sono eterno, desejado para os despojos mortais de queridos entes. (GOELDI, 1900i, p.15)

Seu método de maneira geral era tentar achar alguma explicação para essas urnas e vasilhas advindas do Cunani. Através de uma comparação pela semelhança, as classificou segundo distintas culturas e tempos. Suas comparações ressaltam que outros povos de origens “civilizadas”, também expressavam algumas dessas tradições estéticas iconográficas. A ideia de linhas “gregas” que são pontos em formato de vírgulas que se complementam e são inscritas em algumas dessas peças do Cunani, são um exemplo dessa comparação. Logo, Goeldi aludiu à própria classificação da decoração que poderiam ser comparadas com o fazer da arte grega, como indica o nome dos desenhos virgulares (ver figura 4).

Ademais, a partir do que era perceptível aos olhos de Goeldi e sua equipe, as peças mais “simples” esteticamente eram caracterizadas por ele como de “(...) feitiço tosco, da aparência de simples moringas, sem arte e sem ornamentos quer plásticos, quer pintados (...)” (GOELDI, 1900i, p. 11). Ou seja, ficou mais evidente sua possível proposta

com o apelo estético que esses materiais arqueológicos coletados deveriam possuir, rejeitando objetos que não possuíam quaisquer pinturas ou desenhos.

Os moradores do Cunani, ao serem interrogados pelo naturalista, afirmaram que nada sabiam sobre as pessoas que produziram aqueles objetos, mas que “aqui e acolá” encontravam pedaços de louça, cacos, potes, vasilhas. Essa situação esteve expressa na forma em que Goeldi descreveu um acontecimento, ao cavarem um buraco para pendurar os sinos na igreja e que encontraram:

(...) potes inteiros ainda, de muito boa conservação, bonito aspecto e belos desenhos, contendo alguns dentre eles água clara e límpida, como que posta ontem - água, a que o ingênuo pensar d'esta gente atribui não sei quanto de misterioso e sobrenatural (GOELDI, 1900i, p.11)

Segundo Goeldi, essa percepção sobre o misterioso e o sobrenatural, atribuída pelas gentes do Cunani aos vestígios arqueológicos, dizia respeito às “superstições” que eles desenvolviam com aqueles materiais arqueológicos. No entanto, esses vestígios faziam parte da vida dessas pessoas e corporificavam um mundo de muitos aspectos, uma vez que significavam um universo além do descrito pela ciência daquele momento. Dessa maneira, verifica-se que a comunidade dessa região ou somente as pessoas que Goeldi havia interrogado possuíam uma relação “misteriosa” e até mesmo espiritual com esses “objetos”, situação que o pesquisador classificou como fruto de um *pensamento ingênuo* (Goeldi, 1900i).

Nessa transição entre os séculos XIX e XX, a antropologia e a sociologia evidenciavam o evolucionismo e uma hierarquia de conhecimento. A exemplo disso, o francês Lévy-Bruhl escreveu sobre “a mente das sociedades inferiores” em um livro originalmente publicado em 1910, intitulado “Les fonctions mentales dans les sociétés inférieures”, o que explicitava não somente a capacidade da “lógica primitiva”, como tentava esboçar um método sobre esses estudos. Herdeiros do pensamento biológico das origens das espécies de Darwin, geólogos e arqueólogos dialogariam também com esse amplo etnocentrismo sobre as conotações ao também averiguarem “vestígios” ou “estágios de culturas” não ocidentais (TRIGGER, 2004, CALAZANS 2016, CARMO DOS SANTOS 2019). O que leva a definir aquilo que Goeldi está registrando como “pensamento ingênuo” aos habitantes em contato com material arqueológico ainda é percebido como um ressonante sintoma disciplinar sobre diferentes hierarquias de conhecimento, no que diz respeito a quem detém conhecimento técnico e quem não detém.

Conforme Nelson Sanjad (2005), as fotos dessas viagens constituem outra materialidade, produzidas por Goeldi nas comunidades região do Cunani. Essas consistiam em um registro para a comprovação de que os moradores dessa região eram brasileiros, contrariando assim o que afirmavam os franceses que disputavam o domínio daquelas vilas. Para além desses aspectos, essas imagens também carregam a possibilidade de interpretação sobre a relação do naturalista com as pessoas que identificaram o “rico material arqueológico” (Goeldi, 1900i).

Segundo Ana Linhares (2015), esse movimento também pode ser lido com usos estéticos e de espetacularização em que se retira o objeto de seu contexto inicial de

experiência social e a ele atribui outros significados “não mais ligados ao que é diretamente vivido, mas um consumo estético, de imagens em movimento” (LINHARES, 2015, p. 6). Ressalta-se ainda que após os processos independentistas na América do Sul, o alicerce de explicação do passado material encontrava na arqueologia uma projeção para essas novas nações selecionaram “com cuidado essas culturas pré-hispânicas e as incorporaram ao imaginário nacional e na construção da história oficial” (Ibid., p. 7).

Os relatos dessas viagens, se lidos com o intuito de entender como essas pessoas se relacionam com as coisas arqueológicas que coexistiam com elas, demonstram a manutenção de certas relações sociais com tais *coisas* materiais e distintas disputas temporais. A ideia de humanidade é apenas uma parte nessas relações. Enfim, tais coisas eram, apenas e talvez, vistas como *testemunhas oculares* (BURKE, 2004), de um momento configurado por uma arqueologia do século XIX, que não estava preocupada em saber sobre os aspectos dessas relações, ela se fixava apenas na obtenção dos materiais.

Essas questões fizeram com que Emílio Goeldi elaborasse uma retórica diferenciada para os produtos que havia explorado, ao ir de encontro com as *coisas* e as suas ideias preconcebidas de estética e beleza. Para utilizar a expressão de Mariana Silveira (2020) ao estudar juristas e suas trajetórias no tempo, poderíamos entender também determinadas ações políticas por meio da “retórica da técnica”. Tal noção de técnica é entendida como algo carregado de “uma suposta saída para os males da política como veículo e instrumento de soluções pretensamente neutras e inquestionáveis, porque fundamentadas em algo inacessível ao público leigo” (SILVEIRA, 2020, p. 226). De forma similar, se a retórica técnica na arqueologia é a base de uma boa análise material para se chegar em uma noção de social e histórico, na dimensão política ela parece empregar-se a quem pode saber e conhecer, distanciando-se de quem a ciência diz defender: as pessoas.

Os usos valorativos das coisas oriundas da “Guyana Brasileira” constituíram uma presença nas relações políticas que essas coleções vieram formar. No âmbito da relação classificatória, esses materiais foram sancionados pela fundamentação do valor estético que variou do mais “complexo” ao mais “simples”. Com origens no início do século XIX, tal modo de classificar demonstra a formação de como o conhecimento arqueológico precisou lidar com uma noção de complexidade social que insistentemente perdura até o tempo presente. No fim, essa complexidade está pautada dentro de uma epistemologia e historiografia ocidental. Sobretudo porque tal anatomia demonstra deslocamentos de ciência entre quem é conhecedor e quem é conhecido, fruto de relações e violências coloniais (HABER, 2014).

Conclusão

Neste artigo, argumentei que as *coisas* descritas nas documentações sobre as coleções da “Guyana Brasileira”, no final do século XIX, foram objeto de um “uso político” do passado, além de terem sido escolhidas com o intuito de elucidar uma ideia de beleza

sobre arte e técnica de classificação. Tais peças não foram recolhidas aleatoriamente, elas deveriam apresentar visualmente uma atenção para suas cores e ornamentos, ao fomentarem uma descrição e uma explicação precedida ao debate científico daquela virada de século. Essas coleções arqueológicas estiveram por trás de escolhas e influências político-sociais, como demonstrado nas conversas expressas sobre a questão fronteiriça entre o governo brasileiro e o francês, a respeito da delimitação da área do chamado contestado franco-brasileiro.

No sentido dessa relação, as coisas arqueológicas que Goeldi utilizou serviram de base para suas ideias. Essas estavam movimentando os discursos, fundamentalmente, materializados e escritos pelo naturalista. Mesmo que tais materiais apareçam como “coadjuvantes”, entre o intenso processo da relação entre homens de museus, conhecimentos técnicos, ciência e política. As coisas arqueológicas atuando no plano da retórica de ciência, apresentavam-se como provas materiais (GOELDI, 1898; GUEDES, 1897) para a estabilização de uma visão de um passado único pela epistemologia moderna sobre a Amazônia.

Desde então, os materiais arqueológicos passaram também a redefinir um modelo acerca do debate etnológico brasileiro, os transformando em provas públicas materiais de um passado indígena, e por conseguinte contribuindo em atribuir valor a este tempo passado. A política presente nessas peças tornou-se, também, materializada. Esses materiais a partir do início do século XX ganharam ainda mais, importância na discussão sobre “brasilidade” (LINHARES, 2015) e serviram para contar uma história única (ADICHIE, 2019), uma história que ainda produz silêncios e distintas manutenções de poder. E se, atualmente, sequer começamos a escrever sobre silenciamentos, e a partir de conceitos e percepções de mundo e de tempo indígenas, continuemos a procurar coisas e histórias além dos discursos hegemônicos e das heranças da modernidade. A sutileza das pequenas coisas é que elas exigem muito mais atenção para serem notadas. Resta-nos captá-las.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BARRETO, Cristina., LIMA, Helena., & BETANCOURT, Carla Jaimes. (Orgs.). *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. Belém: Instituto do Patrimônio Histórico do Pará/ Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016.
- BENJAMIN, Walter. *Mágia e Técnica, Arte e Política*. Traduzido por Paulo Sérgio Rouanet. (Obras Escolhidas; v. I). São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BEZERRA, Márcia. *Teto e Afeto: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia*. Belém: GK Noronha, 2017.

BEZERRA, Márcia. O machado que vaza ou algumas notas sobre as pessoas e as superfícies do passado presente na Amazônia. *Vestígios Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p 51-58, jul./dez. 2018.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. Sp., Ed. Edusc, 2004.

CABRAL, Mariana Petry. *No tempo das pedras moles: arqueologia e simetria na floresta*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Pará, Belém. 2014.

CABRAL, Mariana Petry. Entre passado e presente: arqueologia e coletivos. *Teoria e sociedade*. Belo Horizonte, v., 24, n. 2 p 76-91, 2016.

CALAZANS, Marília Oliveira. *Os sambaquis e a arqueologia no Brasil do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, SP., 2016.

CARDOSO, Francinete do Socorro Santos. *Entre conflitos, negociações e representações: O Contestado franco-brasileiro na última década do século XIX*. Belém: UFPA, 2008.

CARMO DOS SANTOS, Queiton. O tempo e a arqueologia: uma narrativa científica sobre o passado na Amazônia por meio das coisas arqueológicas ao final do século XIX. *Temporalidades Revista de História*. Belo Horizonte, v. 11, n. 1 p. 84-99, jan/abril 2019.

FERREIRA, Lúcio Menezes. “Ordenar o Caos”: Emílio Goeldi e a arqueologia amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 1 p. 71-91, jan/abr 2009.

FERREIRA, Lúcio Menezes. *Território Primitivo: A institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

GOELDI, Emílio Augusto. III Relatório sobre o estado do Museu Paraense: apresentado a S. Ex.^a o Sr. Governador do Estado do Pará, pelo Dr. Emílio Augusto Goeldi H. T. Director do mesmo museu. *Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia*, Belém, v.1, n 4 p. 10-20, 1894/96.

GOELDI, Emílio. Excavações archeologicas em 1895. Executadas pelo Museu Paraense no Littoral da Guyana Brasileira entre Oyapock e Amazonas. 1^a Parte: As cavernas funerárias artificiaes de Índios hoje extinctos no Rio Cunany (Goanany) e sua ceramica. *Belém: Museu Paraense de História Natural e Ethnographia, (Memórias do Museu Goeldi, I)*. 1900i.

GOELDI, Emílio. O estado actual dos conhecimentos sobre os índios do Brasil, especialmente sobre os índios da foz do Amazonas no passado e no presente (Conferência Pública realizada no Museu Paraense em 7 de dezembro de 1896). *Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia*, Belém, v. 2, n. 4. p. 397-417, 1898.

GUEDES, Aureliano Pinto de Lima. Relatório sobre uma missão etnográfica e arqueológica aos Rios Maracá e Anauerá-Pucu (Guiana Brasileira), realizada pelo Tenente-Coronel Aureliano Pinto de Lima Guedes. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, v. 2, n. 4 p. 42-63, 1897.

HABER, Alejandro. Interculturalidad epistémica y acción política en la arqueología poscolonial. In: *Multivocalidad y activaciones patrimoniales en arqueología:*

- perspectivas desde sudamérica*. Editado por M. C. Rivolta, M. Montenegro, L. Ferreira, J., NASTRI. Buenos Aires: Fundación de Historia Natural Félix de Azara, 2014. p. 47-65.
- HODDER, Ian. The entanglements of Humans and Things: A Long- Term View. *New Literary History*, v. 45, n. 1 p. 19-36, 2014.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, ano 18, n. 29 p. 25-44, jan./jun. 2012.
- KERN, Daniela. “Tirando o pó das Brazilian Antiquities: Charles Frederick Hartt relido por Anna Roosevelt”. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, v. 1 p. 39-55, 2011.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- LEITE, Lúcio Flávio Siqueira Costa. ‘Pedaços de pote’, ‘bonecos de barro’ e ‘encantados’ em Laranjal do Maracá, Mazagão, Amapá: perspectivas para uma arqueologia pública na Amazônia. (Dissertação de Mestrado). UFPA. Pará-Belém: 2014.
- LEVY-BRUHL, Lucien. *How Natives Think*. Trans. L. A. Clare. Princeton, NJ: Princeton University Press. 1926. (1910 em Francês).
- LINHARES, Anna Maria Alves. *Um grego agora nu: índios marajoara e identidade nacional brasileira*. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- MACHADO, Juliana Sales. Arqueologia e História nas construções de continuidade na Arqueologia Amazônica. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 4: 57-70. 2009.
- MACHADO, Juliana Sales. Ilha de Caviana: Sobre as suas paisagens, tempos e transformações. Belém, *Amazônica., Rev. Antropol.*, v., 6, n. 2 p. 283-313. 2014.
- MELO, Josiane Martins. *Objetos em Trânsito: A Musealização de Artefatos Arqueológicos no Museu Paraense Emílio Goeldi (1866-1907)*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- MORAES, Irislane Pereira. *Do tempo dos Pretos d’antes aos Povos do Aproaga: Patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no vale do Rio Capim*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém. 2012.
- NEVES, Eduardo Góes. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- PAZ, Adalberto. Além do equador, entre “hordas de selvagens”: frentes de ocupação, trabalho e redes de contatos no extremo norte amazônico oitocentista. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 16, n. 24, p. 9-29, jan./jun. 2015.
- SANJAD, Nelson Rodrigues. *A coruja de minerva: O museu paraense entre o império e a república: 1866-1907*. (Tese doutorado). Casa Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2005.

SANJAD, Nelson Rodrigues & SILVA, João Batista Poça da. Três contribuições de Emílio Goeldi (1859-1917) à arqueologia e etnologia amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 4, n.2, p. 95-134, 2009.

SANTOS, Affonso José. Barão do Rio-Branco: Cadernos de notas a questão entre o Brasil e a França (maio de 1895 a abril de 1901). Volume 1 (1895) “O Convite”. Brasília: FUNAG, 2017a.

SANTOS, Affonso José. Barão do Rio-Branco: Cadernos de notas a questão entre o Brasil e a França (maio de 1895 a abril de 1901). Volume 6., Anexos. Brasília: FUNAG, 2017b.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Fabíola Andrea. Aula Magna: Arqueologia como tradução do passado no presente. *Amazônica. Revista de Antropologia*, Belém, 3:260-267. 2011.

SILVA, Fabíola Andrea & GARCIA, Lorena. Território e Memória dos Asurini do Xingu: Arqueologia colaborativa na T. I. Kuatinemu. *Amazônica., Rev. Antropol.* Belém, v. 7, p. 74-99, 2015.

SILVEIRA, Mariana de Moraes. Juristas e a vida pública no Brasil: trajetórias no tempo. In: *Do fake ao fato (des)atualizando Bolsonaro*. Klem, B.; Perreira, M.; Araújo, V. (Orgs.). Vitória: Ed., Mil Fontes, 2020. p. 225-238.

TRIGGER, Bruce G. *História do pensamento arqueológico*. Tradução de Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysses Editora, 2004.